MEMÓRIA COLONIAL DO CEARÁ,
UM PROJETO AMBICIOSO DE ECDÓTICA

José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br
Expedito Eloísio Ximenes (UECE)
eloisio22@hotmail.com

1. Introdução

Em 1999, quando foi publicado o *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará: 1618-1832*, organizado por Gisafran Nazareno Mota Jucá, o senador Lúcio Alcântara, representante do Senado Federal na Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento, escreveu uma “Introdução” ao livro, que incluímos no **Anexo 1**, do qual vale a pena ler os destaques que se seguem.

O projeto tem propiciado grandes avanços rumo à almejada consolidação de nossa memória histórica, alicerce da identidade cultural da Nação. [...] recuperou mais de mil e quatrocentas peças documentais que se achavam armazenadas na Sala do Brasil do Arquivo Histórico Ultramarino. Datadas de 1618 a 1832, as peças foram integralmente reproduzidas em microfilmes trazidos para o Brasil, a partir dos quais se deu origem à versão digital [...]

Acreditamos que a plenitude do êxito alcançado é fruto do entusiasmo, da confiança e do espírito de cooperação que distinguiram a promissora parceria formada pela execução do Projeto. Nas atividades de coordenação e pesquisa, estiveram envolvidos o Ministério da Cultura, o Governo do Estado do Ceará, o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e o Departamento de História da Universidade Federal do Ceará; no apoio financeiro, a Fundação Waldemar Alcântara, responsável pela viabilização dos recursos junto à SASSE – Companhia Nacional de Seguros Gerais, da Caixa Econômica; e, finalmente, a Fundação Demócrito Rocha, ...

Talvez essa introdução feita pelo senador Lúcio Alcântara já seja suficiente para se compreender que não se trata de um pequeno projeto com possibilidades razoáveis de seguro retorno para a comunidade acadêmica nacional e, especialmente para os interessados nos estudos da história do Brasil, nos estudos do período colonial brasileiro, nos estudos específicos do atual estado do Ceará e de numerosos outros enfoques da pesquisa histórica com base em documentos primários.

Mas não nos furtaremos da oportunidade de apresentar-lhes também o “Prefácio”, escrito por José Liberal de Castro, do Instituto do Ceará, que se transcreve no **Anexo 2**.

A publicação do *Catálogo de Documentos Manuscritos* referentes à Capitania do Ceará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa [...] constitui excepcional instrumento de pesquisa com que agora passam a dispor os interessados nos estudos da história colonial cearense. (JUCÁ, 1999, p. 9)

O Arquivo Histórico Ultramarino é o mais importante repositório da documentação colonial brasileira, embora farto material possa ser encontrado em outros arquivos portugueses. (*Idem, ibidem*)

Em época mais recente ou, mais precisamente, em torno de 1975/1976, o material preservado no Arquivo Histórico Ultramarino atraiu a atenção da professora conterrânea Maria Célia de Araújo Guabiraba. (*Idem, ibidem*, p. 10)

Já agora, no início de 1998 [...] a investigação resultou no levantamento do material contido em 21 caixas, com 1.363 capilhas, posteriormente ampliadas para 24 caixas, com 1.436 capilhas, documentação transcrita em fotogramas que preencheram 22 rolos de microfílmes. (*Idem, ibidem*, p. 10-11)

Assim, excluída a matéria diretamente ligada à gestão da Capitania, que traduz as relações dos administradores com o poder real, o restante da documentação, de modo geral, consta de:

- solicitação de nomeações preferentemente para postos de almoxarife, escrivão de ouvidoria, escrivão da fazenda, meirinho, alferes, capitão-mor, coronel de cavalaria de ordenanças, cirurgião-mor; confirmação de patentes de oficiais de milícia, recondução a postos, missionários desejosos de ser vigários, candidaturas a governadores da Capitania;
- coação de uns, para obrigar à desistência de pedidos feitos por outros; solicitação de equivalência de ordenados aos de posto anteriormente ocupado, ajuda de custo para embarque para o Brasil; aumento de ordenados, pagamento de propinas (gratificações), de emolumentos, pedidos de pensão para dependentes;
- concessão de sesmarias (poucas), confirmação de sesmarias, demarcação de terras, relaxamento de prisão; arrematação de dízimos, perdão por não pagamento de dízimos arrematados, em função de secas;
- pedidos de correições, devassas, queixas de moradores contra ouvidores, de ouvidores contra capitães-mores, de capitães-mores em exercício contra ex-capitães-mores, de câmaras de vereadores contra capitães-mores, de ouvidores em exercício contra ex-ouvidores, sublevações contra ouvidores;
- desmandos, pressão de autoridades, protestos contra a má administração da justiça, criminalidade, desordens, sedições, contrabando, maus procedimentos, espoliação de viúvas, rapto de mulheres, pedidos de restituição de escravos furtados, incitação de índios à rebelião, em proveito dos incitadores, “vexações” de índios, proibição de índias frequentarem quartéis...;

– enfim, um retrato completo da vida do Ceará Colonial, dura e sem perspectivas, em que, ao lado de régulos impenitentes, sem dúvida figuram alguns cumpridores de seus deveres, empenhados na defesa de uma sociedade débil, formada em sua maioria por desvalidos, manobrada por comparsas atrabiliários, explorada por expertos, e sem heróis. (*Idem, ibidem*, p. 13)

2. Apresentação do Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará

Todo o material recolhido em microfilmes pelo e digitalizado em três unidades de CD-ROM foi cuidadosamente catalogado por Gisafran Nazareno Mota Jucá no substancioso volume de 358 páginas de 21 X 28cm, cuja apresentação se transcreve no **Anexo 3**.

3. Introdução metodológica

Os documentos da Memória Colonial do Ceará serão divulgados em uma edição interpretativa, conforme terminologia aceita e defendida pelos principais teóricos atuais de crítica textual em língua portuguesa.

Esses documentos estão sendo publicados pela Kapa Editorial, simultaneamente em edição mecânica e em interpretativa, lado a lado, diminuindo a necessidade de algumas explicações e notas editoriais, tais como informação sobre leitura impossível, textos rasurados ou riscados, assim como mudanças de fôlios, anotações de terceiros sobre o texto etc. No caso de fragmentos ilegíveis por quaisquer motivos, serão marcados na transcrição, quando necessário, apenas por três pontos entre colchetes ([...]).

Como não se trata de documentos transcritos a partir de cópias microfilmadas, apesar de preparados para facilitar a leitura, nem sempre é possível distinguir os traços do manuscrito embaralhados com as manchas que passam do outro lado da folha.

Seguiremos os seguintes critérios de transcrição e edição para os documentos desta coleção, conforme sugerem as mais recentes obras sobre o assunto em língua portuguesa (Cf. CAMBRAIA, 2005, p. 131-132 e ARAÚJO, 2008, p. 244-246), com as adaptações da crítica textual necessárias para uma edição simultaneamente mecânica e interpretativa (não conservadora), considerando que seu público-alvo principal estará interessado no texto autêntico, com a informação histórica e documental segura, apurado dos arcaísmos linguísticos:

- 1- O manuscrito será reproduzido mecanicamente sempre ao lado da leitura interpretativa;
- 2- O documento será transcrito com o mesmo tipo de fontes, independentemente de haver diferença no manuscrito, atualizando-se a ortografia e uniformizando-se as formas de grifo em *itálico*, quando ele for necessário:
 - a. será atualizado o uso de letras iniciais maiúsculas;
 - b. serão simplificados os caracteres duplos de valor vocálico, quando divergentes do sistema gráfico atual;
 - c. serão simplificados os caracteres duplos de valor consonantal (exceto *rr* e *ss*);
 - d. a vogal nasal ou nasalizada será grafada conforme as normas ortográficas atualmente vigentes;
 - e. será uniformizado o uso de *c* ou *ç* na representação de consoantes sibilantes;
 - f. será uniformizado o uso de *g* ou *j* para representação de consoantes palatais ou velares;
 - g. a letra *h* será utilizada também de acordo com as normas ortográficas vigentes, baseadas na etimologia
- 3- Serão desenvolvidas todas as abreviaturas;
- 4- Serão atualizadas todas as formas e funções dos diacríticos;
- 5- Será uniformizada a pontuação em suas formas e funções, sempre que isto for possível sem correr o risco de mudar o sentido do texto;
- 6- Serão incluídas entre colchetes as palavras ou caracteres de leitura duvidosa;
- 7- Como a reprodução mecânica do manuscrito estará disponível ao lado da edição interpretativa, será dispensada:
 - a. a transcrição dos caracteres riscados ou apagados (quando necessário, serão marcados com três pontos entre colchetes [...] na transcrição);
 - b. a estimação do número dos caracteres de leitura impossível;

- c. a mudança de punho e de tinta;
 - d. a mudança de fólio, de face ou de coluna.
- 8- Serão inseridos no texto os caracteres a ele pertinentes que estiverem nas entrelinhas ou nas margens, mas, se não pertencerem ao texto, não serão transcritas;
 - 9- Notas marginais serão transcritas em notas de pé da página, com o número remissivo marcado após a palavra, frase ou parágrafo a que se referir;
 - 10- As quebras de linha serão respeitadas na transcrição, fazendo-se os ajustes necessários para se adaptarem às regras de separação de sílabas;
 - 11- Sempre que for possível, será atualizada a paragrafação dos documentos;
 - 12- Serão feitas inserções [entre colchetes] de palavras ou caracteres por conjectura, justificando-as em nota de pé de página quando a presença do manuscrito for insuficiente para isto;
 - 13- Os erros evidentes serão suprimidos (palavras ou linhas repetidas, expressões corrigidas no texto pelo copista etc.), justificando-se em nota de pé de página, se a verificação do manuscrito não for suficientemente esclarecedora;
 - 14- Uniformização de léxico informado nesta introdução, com as palavras "agora" por "gora", "aldeia" por "aldea", "aonde" ou "onde" por "adonde", "apresentar" por "presentar", "Aquirás" por "Aquiraz", "armazém" por "almazém", "até" por "em the, em té, enté, inté ou té", "até agora" por "té gora", "baptizar" por "bautizar", "cadeia" por "cadea", "câmara" por "camera", "Ceará" por "Seará ou Seara", "coadjutor" por "cogitor", "coisa" por "cousa", "cumprimentar" por "comprimentar", "Correia" por "Correa", "criar" por "crear", "de contínuo" por "de contino", "de onde" por "de donde ou da donde", "defesa" por "defensa ou defesa", "depois" por "despois", "desamparar" por "desemparar", "desamparo" por "desemparo", "dezesseis" por "dezasseis", "dezessete" por "dezassete", "dois" por "dous", "encarregado" por "carregado" (quando tem aquele sentido), "feliz" por "fêlice", "Fernandes" por "Fernandez", "foi" por "fou", "infantaria" por "infanteria", "inimigo" por

"imigo", "jaguaribara" por "jagaribara", "José" por "Joseph", "Manuel" por "Manoel", "Melo" por "Mello", "murmuração" por "mormoração", "outrossim" por "outro si", "outubro" por "oitubro", "para" por "pera", "perguntar" por "preguntar", "permitir" por "permetir", "perpétuo" por "perpeto", "por" por "per", "pretender" por "pertender"; "procurar" por "precurar", "propósito" por "prepósito", "puder, pudera, pudesse" etc. por "poder, podera, podesse" etc., "quarenta" por "corenta", "quaresma" por "coresma", "rariú" por "rarijû", "razão" por "rezão", "razões" por "rezões", "reavaliar" por "revaliar ou rivaliar", "regime" por "regímen", "registrar" por "registar", "registro" por "registo", "reriú" por "rerijû", "rariú" por "rarijû", "Sousa" por "Souza", "Souto" por "Sotto", "subscrever" por "sobescrever", "tabelião" por "tabalião", "tambor" por "atambor", "traslado" por "treslado", "valorosamente" por "valerosamente", "vantagem" por "ventagem", "Vieira" por "Vieyra", "vigário" por "vigairo" etc.

- 15- Os antropônimos serão atualizados, inclusive nas assinaturas e rubricas identificadas;
- 16- Serão apresentados em notas de pé de página alguns elementos do glossário, para que o leitor comum possa identificar os termos hoje desconhecidos ou utilizados com outros sentidos, juntamente com as notas sobre fatos históricos, personagens históricos, elementos geográficos, etnográficos, culturais etc.

4. Conclusões

Entendendo-se que não estamos tratando de nenhum trabalho concluído, fique claro, naturalmente, que esta é uma conclusão desta exposição, pois o projeto ainda durará uns três ou quatro anos.

Primeira conclusão: É indubitável a importância de uma edição desses documentos, tão custosamente reunidos, catalogados, microfilmados e digitalizados no final do século XX, com uma leitura atualizada dos manuscritos, pois a consulta direta às imagens microfilmadas é muito custosa, em muitos deles.

Segunda conclusão: Esta será apenas uma primeira leitura dos manuscritos, indispensavelmente provisória, tanto pela dificuldade apresentada por muitos dos documentos quanto pela sua quantidade. Ou me-

lhor, exatamente por haver alguns de difícil interpretação e por serem muito numerosos, porque se fossem poucos ou se fossem fáceis, nem a sua qualidade nem a sua quantidade seria impedimento definitivo para uma edição bem mais segura.

Este primeiro desbravamento disponibilizará aos pesquisadores o melhor que se pode fazer atualmente, com os recursos e com o tempo de que dispomos.

Terceira conclusão: O formato dessa edição em suporte impresso, com o texto disponibilizado em sua leitura atualizada e com a reprodução de cópias fac-similares dos manuscritos, com um tratamento da imagem para facilitar a leitura, seguramente contribuirá com diversas áreas de conhecimento e especialidades, facilitando a leitura para quem interessa a informação e disponibilizando o material para uma interpretação mais minuciosa dos detalhes linguísticos e formais.

Por fim, acreditamos estar contribuindo para o progresso das ciências no Brasil e no mundo, sem qualquer pretensão de um trabalho perfeito e definitivo, mas com o avanço de uma etapa importante, para a qual há poucas pessoas e instituições disponíveis. Tanto é assim que diversas vezes já ouvimos que esta é uma tarefa impossível.

Esperamos ter fôlego para continuar e para chegar ao final dessa empreitada e poder sentir o prazer de colocar nas mãos dos pesquisadores mais uma obra importante para a história de nosso país e, principalmente da colonização do nordeste brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. 2. ed. Revisão e atualização de Briquet de Lemos. Edição de Luciano Trigo e Paulo Geiger. Prefácio de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: Unesp, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. Trad. Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUABIRABA, Maria Célia de Araújo. *Inventário da documentação manuscrita relativa ao Ceará*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 1976.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *As oficinas ou charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.), *Brasil em perspectiva*. 10. ed. São Paulo: Difel, 1978.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Historicidade da Associação Comercial do Ceará: 1866-1991*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

SILVA, José Pereira da. *A nova ortografia da língua portuguesa*. 2. ed. Niterói: Impetus, 2010.

STUDART, Doutor Guilherme. *Datas e factos para a história do Ceará*, v. I e II. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

_____. Duas palavras in *Notas para a História do Ceará*, (Segunda Metade do século XVIII). Lisboa: Typographia do Recreio, 1892.

TAKEYA, Denise. *Europa, França e Ceará: as origens do capital estrangeiro no Brasil*. Natal: UFRN, 1995.

1. ANEXO 1

INTRODUÇÃO

Catálogo de Documentos Avulsos da Capitania do Ceará
/ [Instituto] Histórico Ultramarino

Quando se completam duzentos anos da fundação da Capitania do Ceará e já se avizinham as comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, temos a imensa satisfação de apresentar o *Catálogo de Documentos Avulsos da Capitania do Ceará* – um rico acervo de peças documentais contando mais de dois séculos de história do período colonial, resgatados do Arquivo em Lisboa.

A iniciativa insere-se no âmbito do Projeto RESGATE, desenvolvido pelo Ministério da Cultura, em articulação com a Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento, com desdobramentos em diversas regiões do País. O projeto tem propiciado grandes avanços rumo à almejada consolidação de nossa memória histórica, alicerces da identidade cultural da Nação. Somente no que respeita à antiga Capitania do Ceará, objeto deste *Catálogo*, recuperou mais de mil e quatrocentas peças documentais que se achavam armazenadas na Sala do Brasil do Arquivo Histórico Ultramarino. Datadas de 1618 a 1832, as peças foram integralmente reproduzidas em microfimes trazidos para o Brasil, a partir dos quais se deu origem à versão digital – uma coleção de três “compact discs” (CDs) –, já colocada à disposição do público interessado.

Pelo inestimável valor histórico do material, ilumina-se agora definitivamente, perante os olhos do Brasil, o passado colonial da Capitania do Ceará – cujo bicentenário de fundação, numa feliz coincidência, ocorreu exatamente em janeiro de 1999.

Os méritos da iniciativa não se esgotam, todavia, na notável ampliação do porte do acervo pré-existente. O Projeto foi mais longe. Promoveu a revisão e a complementação de trabalhos anteriormente desenvolvidos por ilustres pesquisadores cearenses, na esteira do legado que lhes deixara o inestimável Barão de Studart. Em especial, atingiu seu ponto alto com a impecável organização dada ao acervo consolidado, objeto de um cuidadoso trabalho de identificação de cada documento integrante do conjunto. Sem isso, jamais se conseguiria garantir a consulta fácil, o acesso rápido e seguro, e a completa democratização da informação histórica.

Acreditamos que a plenitude do êxito alcançado é fruto do entusiasmo, da confiança e do espírito de cooperação que distinguiram a promissora parceria formada pela execução do Projeto. Nas atividades de coordenação e pesquisa, estiveram envolvidos o Ministério da Cultura, o Governo do Estado do Ceará, o Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico e o Departamento de História da Universidade Federal do Ceará; no apoio financeiro, a Fundação Waldemar Alcântara, responsável pela viabilização dos recursos junto à SASSE – Companhia Nacional de Seguros Gerais, da Caixa Econômica; e, finalmente, a Fundação Demócrito Rocha, entidade à qual se deve a publicação do presente *Catálogo*. Este que será, por excelência, a porta de entrada para a exploração do patrimônio documental recém-conquistado.

2. ANEXO 2

PREFÁCIO

José Liberal de Castro

A publicação do *Catálogo de Documentos Manuscritos* referentes à Capitania do Ceará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, complementada com a respectiva microfilmagem desses documentos, numa ação integrante do Projeto Resgate, patrocinado pelo Ministério da Cultura, constitui excepcional instrumento de pesquisa com que agora passam a dispor os interessados nos estudos da história colonial cearense.

A fim de proporcionar maior clareza aos presentes comentários, decidimos dividi-los em curtos blocos nos quais tratamos da instituição pesquisada, das pesquisas antigas e contemporâneas em arquivos portugueses, da pesquisa realizada para elaboração do *Catálogo* e de seu conteúdo, dos patrocinadores e da publicação, propriamente dita.

2.1. Arquivo Histórico Ultramarino

O Arquivo Histórico Ultramarino é o mais importante repositório da documentação colonial brasileira, embora farto material possa ser encontrado em outros arquivos portugueses. Trata-se de instituição cultural assiduamente visitada por pesquisadores brasileiros, na qual está guardada a correspondência oficial trocada entre as antigas colônias, o Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar da Metrópole. Fundado em 1926/1931 sob a denominação de Arquivo Histórico Colonial, teve o nome alterado para o atual quando o governo português decidiu transformar as colônias então remanescentes em “províncias ultramarinas”. O Arquivo Histórico Ultramarino localiza-se no Palácio de Ega, ou Pátio do Saldanha, à Calçada da Boa Hora 30, na Junqueira. Velha construção quinhentista, radicalmente modificada no transcorrer do século XIX, o Palácio foi morada de Junot durante a primeira invasão napoleônica, oficial francês recebido com especial atenção pela condessa da Ega, dona da mansão.

2.1.1. Antecedentes

A relação ora publicada não se refere, todavia, a matéria desconhecida ou inédita. Na verdade, a Biblioteca do Instituto do Ceará, a nosa mais antiga entidade cultural, possui transcrição de grande parte do inventário documental preservado no Arquivo Histórico Ultramarino, referente à Capitania do Ceará. No seu conjunto mais significativo, a documentação acha-se, aliás, publicada ou, pelo menos, relacionada na centenária *Revista do Instituto do Ceará*, editada anualmente e sem interrupção desde a fundação da sociedade, em 1887. O precioso material conservado no Instituto do Ceará foi obtido por um de seus fundadores, o médico e historiador Guilherme Studart, o Barão de Studart (1856-1938), à força de incansável busca e cuidadosa transcrição paleográfica dos originais, trabalho executado às próprias expensas do investigador, em Lisboa, nos anos finais dos oitocentos. Esse material figura, pois, como uma das fontes básicas da produção historiográfica de Studart e de seus contemporâneos, respeitável grupo de estudiosos que há mais de um século já podiam examinar o passado cearense com segurança e profundidade, a ponto de, no dizer de José Honório Rodrigues, ter sido o Ceará o “Estado brasileiro que produziu a melhor historiografia regional” do País.

Entretanto, naquela época, não contava Studart com as atuais facilidades da tecnologia de reprodução documental. Ao contrário, sempre andava às voltas com a procura de copistas idôneos, especializados em paleografia, cujas transcrições, conquanto confiáveis, obrigavam o historiador a executar paciente e cansativa colação do material. Além do mais, impondo-se inflexível rigor ao seu trabalho, Studart redobrava os desvelos quando da reprodução de documentos, de tal sorte que, para imprimir os textos, decidiu até montar uma tipografia de sua propriedade, a fim de poder, após meticulosa revisão, certificar-se da correção dos documentos publicados.

O presente Catálogo volta-se, portanto, para novos objetivos, visto recorrer aos modernos meios de documentação e reprografia, uma vez que o acesso informatizado facilita sobremodo as consultas, bem como propicia a rápida extração de cópias dos originais, por fia da digitalização dos rolos de microfimes.

2.2. Novas pesquisas no AHU

Em época mais recente ou, mais precisamente, em torno de 1975/1976, o material preservado no Arquivo Histórico Ultramarino atraiu a atenção da professora conterrânea Maria Célia de Araújo Guabiraba. Em suas buscas, teve a pesquisadora a oportunidade de levantar 1.100 peças documentais cearenses, contidas em 6 caixas e 3 maços, trabalho parcialmente divulgado na *Revista do Instituto do Ceará* (t. 83, p. 186-94, 1971)¹²⁵, sob o título – “Índice do material encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, referente ao Ceará”. Entretanto, o “Índice” relacionava apenas o material contido em duas caixas – Caixa 2 (1731-1744) e Caixa 3 (1745-1759), num total de 87 documentos, ficando deliberadamente excluído, entre o restante, o conteúdo da Caixa 1, alusivo em boa parte a Martim Soares Moreno, por já ter sido publicado pelo Barão de Studart.

Do paciente esforço da professora Maria Célia de Araújo Guabiraba é testemunha o autor destas linhas, então usufruindo uma bolsa de pesquisas concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa, para realizar estudos atinentes às origens da arquitetura brasileira antiga, os quais lhe motivaram as visitas ao Arquivo Histórico Ultramarino.

Já agora, no início de 1998, o professor doutor Gisafran Nazareno da Mota Jucá, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, desenvolvendo planos do Projeto Resgate, permaneceu por três meses em Lisboa, com o objetivo de, retomando a pesquisa iniciada pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, relacionar todo o material cearense conservado no Arquivo Histórico Ultramarino. A nova e atualizada organização documental do Arquivo, com acervo microfilmado e informatizado, possibilitou um arrolamento rápido e pormenorizado. Numa primeira fase, a investigação resultou no levantamento do material contido em 21 caixas, com 1.363 capilhas, posteriormente ampliadas para 24 caixas, com 1.436 capilhas, documentação transcrita em fotogramas que preencheram 22 rolos de microfimes. Em breve, o acesso aos docu-

¹²⁵ Parece haver incoerência entre a época em que foi feita a pesquisa (1975/1976) e a época da publicação do “Índice” (1971), mas é possível que o número correspondente ao ano de 1971 tenha sido impresso muito posteriormente.

mentos também poderá ser feito por fia informatizada, prevendo-se a digitalização de 3 unidades CD-ROM.

Na organização do *Catálogo*, conforme o caso, os documentos foram agregados em conjuntos homogêneos, numerados por ordem cronológica, explicitando-se-lhes data e origem, bem como as peças que constituem cada maço. Foi também aprontada uma relação completa das caixas, separadas por períodos e pelos números dos documentos nelas contidos.

2.3. A preparação do Catálogo

A preparação do *Catálogo* é fruto da persistente ação de ilustre sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, e sócia correspondente do Instituto do Ceará, a professora Esther Caldas Bertoletti, em favor da microfilmagem de documentos brasileiros antigos e de sua divulgação nacional. O programa, por ela denominado Projeto Resgate, vem sendo desenvolvido consoante sua orientação e sob os auspícios do Ministério da Cultura, imbricado nos festejos comemorativos do 5º Centenário da Descoberta do Brasil. Pode, na realidade, ser considerado como uma extensão das atividades iniciadas no profícuo período em que a professora Esther Bertoletti atuou na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quando se envolveu com reprografia documental, devotando especial interesse à área hemerográfica.

Data daquela época o relacionamento da professora Esther Bertoletti com o Ceará, por ocasião de vitoriosa campanha de microfilmagem de periódicos cearenses antigos, pertencentes a várias coleções estaduais, em particular aqueles incorporados aos acervos da Biblioteca Pública do Estado e do Instituto do Ceará. Esta atividade de que, entre outros, participaram com apaixonado empenho Walda Weyne, Gertrudes Sales Costa e João Elmadan Machado Maia, resultou na organização do Núcleo de Microfilmagem do Arquivo Público Estadual, cujos inestimáveis serviços encontram geral reconhecimento.

2.4. O *Catálogo* e os documentos cearenses do AHU

Uma análise, mesmo superficial, dos documentos cearenses apresentados no *Catálogo* leva a agrupá-los em dois blocos bem definidos. O primeiro compreende o período em que o Ceará constituía Capitania su-

balterna, enquanto o segundo bloco abrange os anos iniciais da Capitania já autônoma. A data exata divisora desses dois períodos é flutuante, em decorrência da demora nas comunicações à época, quer dizer, do tempo decorrido entre a expedição de uma ordem no Reino e a recepção na Colônia. A propósito, basta dizer que, se a autonomia cearense foi obtida por Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, a primeira correspondência expedida pelo novo governador, Bernardo Manuel de Vasconcelos, somente ocorreu dez meses após aquela data (documento número 739, de 29.10.1799)

No último quartel do século XVIII, e mesmo antes, prospera variada correspondência atinente às potencialidades econômicas cearenses, traduzida pelas seguidas remessas de amostras de produtos locais de valia comercial, fato que deve ter sido levado em conta na formação do processo de concessão de independência administrativa à Capitania. Depois de obtida a autonomia cearense, logo na gestão de Bernardo Manuel de Vasconcelos, o interesse pelo Ceará se intensifica particularmente quanto às possibilidades de explorações minerais e de ampliação da cotonicultura.

No Catálogo, acresce assinalar, o balizamento cronológico do segundo bloco não se encerra com a Independência do Brasil, como se poderia esperar. Há inúmeros documentos posteriores à data, invadindo os anos imediatos, quase todos alusivos a pedidos encaminhados por súditos portugueses e brasileiros, referentes à permissão real para deixarem Portugal.

Unicamente para efeito estatístico, se considerarmos como marco divisório o primeiro documento assinado por Bernardo Vasconcelos, verifica-se que há um total de 738 documentos pertinentes aos tempos da capitania subalterna, cobrindo uma amplitude de quase dois séculos. Enquanto isto, o curto período das duas e meia décadas do começo de autonomia administrativa local compreende 798 documentos, isto é, mais da metade do material compulsado. Esses números não causam surpresa. Muito ao contrário, refletem uma situação nova e diferente, sabido que somente às capitanias autônomas era facultado a prerrogativa de tratar de seus problemas com os soberanos ou com seus prepostos imediatos, sem intermediários. Também podiam comerciar diretamente com o Reino e com as demais colônias portuguesas, o que, no mínimo, significava receber escravos diretamente da África. Além do mais, enriquecendo o quadro histórico dos anos de princípio do século XIX, não se deve esquecer a vinda da Corte ao Brasil em 1808, promovendo a liberação do País ao

comércio internacional desde 1808, bem como a consequente montagem de uma rede de comunicações transatlânticas com a Inglaterra e litorâneas com a recente capital do Reino, a cidade do Rio de Janeiro, em detrimento das antigas rotas que demandavam a Portugal.

Os novos tempos de autonomia cearense não produzem uma relação equitativa entre correspondência trocada e duração dos períodos governamentais. A propósito, basta assinalar que durante os quatro anos da administração de Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799-1803) figuram 209 documentos, enquanto, inexplicavelmente, não consta do *Catálogo* qualquer documento assinado por Luiz Barba Alardo de Meneses, terceiro governador da Capitania (1808-1812), um dos mais ativos administradores que o Ceará oitocentista conheceu.¹²⁶

Entretanto, além dessa troca de informações valorizadoras da Capitania e à parte documentos alusivos à rotina administrativa, aflora durante os setecentos uma correspondência em que transparece o constante testemunho dos capitães-mores quanto à pobreza da terra e às dificuldades de vida, nomeadamente nos anos de seca.

Em quaisquer circunstâncias, no seu todo, os documentos guardados no Arquivo Histórico Ultramarino refletem o cotidiano da vida do Ceará Colonial, evidenciando as relações de poder entre Estado e súditos, permeadas de incontáveis pedidos de mercês reais, sempre em benefício próprio ou de grupos familiares.

Assim, excluída a matéria diretamente ligada à gestão da Capitania, que traduz as relações dos administradores com o poder real, o restante da documentação, de modo geral, consta de:

– solicitação de nomeações preferentemente para postos de almo-xarife, escrivão de ouvidoria, escrivão da fazenda, meirinho, alferes, capitão-mor, coronel de cavalaria de ordenanças, cirurgião-mor; confirmação de patentes de oficiais de milícia, recondução a postos, missionários desejosos de ser vigários, candidaturas a governadores da Capitania;

– coação de uns, para obrigar à desistência de pedidos feitos por outros; solicitação de equivalência de ordenados aos de posto anteriormente ocupado, ajuda de custo para embarque para o Brasil; aumento de ordenados, pagamento de propinas (gratificações), de emolumentos, pedidos de pensão para de dependentes;

¹²⁶ Não estariam em algum arquivo brasileiro, visto que a corte estava no Brasil?

– concessão de sesmarias (poucas), confirmação de sesmarias, demarcação de terras, relaxamento de prisão; arrematação de dízimos, perdão por não pagamento de dízimos arrematados, em função de secas;

– pedidos de correições, devassas, queixas de moradores contra ouvidores, de ouvidores contra capitães-mores, de capitães-mores em exercício contra ex-capitães-mores, de câmaras de vereadores contra capitães-mores, de ouvidores em exercício contra ex-ouvidores, sublevações contra ouvidores;

– desmandos, pressão de autoridades, protestos contra a má administração da justiça, criminalidade, desordens, sedições, contrabando, maus procedimentos, espoliação de viúvas, rapto de mulheres, pedidos de restituição de escravos furtados, incitação de índios à rebelião, em proveito dos incitadores, “vexações” de índios, proibição de índias frequentarem quartéis...;

– enfim, um retrato completo da vida do Ceará Colonial, dura e sem perspectivas, em que, ao lado de régulos impenitentes, sem dúvida figuram alguns cumpridores de seus deveres, empenhados na defesa de uma sociedade débil, formada em sua maioria por desvalidos, manobrada por comparsas atrabiliários, explorada por espertos, e sem heróis.

2.5. A publicação do *Catálogo*

O *Catálogo de Documentos Manuscritos* referentes à Capitania do Ceará existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa foi preparado com impecável labor profissional pelo já mencionado pesquisador professor doutor Gisafran Nazareno da Mota Jucá, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, com revisão, feita em Lisboa, pela professora Avanete Pereira Sousa, da Universidade Federal da Bahia. A publicação do *Catálogo* deve-se primordialmente ao apoio da Fundação Waldemar Alcântara, consubstanciado no decidido entusiasmo do Senador Lúcio Gonçalo de Alcântara, amável, culto e envolvido em empreendimentos de alto significado. Também deve ser evidenciada a ajuda material prestada pela SASSE – Companhia Nacional de Seguros Gerais (diga-se Caixa Econômica Federal), financiadora da pesquisa. Finalmente, vale ressaltar a contribuição da Fundação Demócrito Rocha, na figura de seu Presidente, Jornalista Demócrito Dummar, pessoalmente interessado em realizar primorosa edição do presente *Catálogo*, um dos

primeiros oferecidos ao público entre tatos semelhantemente tentados por outros Estados da União.

3. ANEXO 3

APRESENTAÇÃO

Gisafran Nazareno Mota Juca

Se fizermos um levantamento das teses, dissertações ou mesmo dos projetos de pesquisa histórica, no Ceará, logo deparamo-nos com o interesse centrado nas temáticas relativas ao século passado, aos anos pós-30 e até mesmo às últimas décadas, mas pouco pode ser associado ao período colonial (JUCÁ, 1984)¹²⁷. As explicações para justificar tais opções, além da existência de poucos especialistas em história colonial, recaem no velho argumento: o acervo básico do período colonial permanece em sua maior parte no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo, em Lisboa.

O impulso pioneiro voltado à compreensão da História do Ceará Colônia resultou do paciente trabalho do Barão de Studart, “.. para o que precisei despende longo e precioso tempo e não pequeno cabedal...”, conforme ressalta na sua conhecida obra¹²⁸. O objetivo básico do autor era lançar uma obra do Acervo Lusitano, ao indicar e comentar o conteúdo dos documentos oficiais, relativos à colonização.

Entretanto, o trabalho do Barão de Studart, apesar de significativo à História do Ceará, atendia com limitações aos interessados, uma vez que apenas parte da documentação foi copiada, impedindo, assim, uma maior aproximação dos pesquisadores com o rico acervo existente em Lisboa.

Somente nos anos setenta uma nova tentativa daria continuidade ao levantamento inicial, quando a professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, então professora do Curso de Licenciatura em História, da universidade Federal do Ceará, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, elaborou um inventário da documentação relativa à Capitania do Ceará, existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Cf GUA-BIRABA, 1976). (**Quadro 1**). Pena que o referido trabalho não tenha si-

¹²⁷ A exceção pode ser observada na dissertação de mestrado em história, defendida na Universidade Federal de Pernambuco e já publicada.

¹²⁸ Cf. Studart (1892). É importante não esquecer o teor informativo de *Datas e Factos para a História do Ceará*, v. I e II, do mesmo autor, publicadas pela Typographia Studart, em Fortaleza, em 1896.

do publicado, limitando-se somente à distribuição de algumas cópias a determinadas instituições, como o próprio Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e a Biblioteca do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

Quadro 1:

Caixas e capilhas da documentação referente à Capitania do Ceará, consultadas pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba:

Nº da Caixa ou Maço	Período	Nº de Capilhas
Cx. I	1618-1730	123
Cx. II	1731-1744	98
Cx. III	1745-1759	135
Cx. IV	176-1785	60
Cx. V	1786-1800	59
Cx. VI	1800-1807	63
M-1	1713-1829	173
M-2	1676-1789	91
M-3	1798-1804	92
M-4	1803-1823	107
Total de Capilhas: 1001		

Em relação aos documentos referentes à Capitania do Ceará foi decisivo o empenho do senador pelo Ceará, doutor Lúcio Alcântara, representante do Senado na Comissão Nacional para as Comemorações do Descobrimento do Brasil, que conseguiu os recursos para a microfilmagem dos documentos avulsos da Capitania do Ceará. Conforme se observa no quadro 1, os documentos inventariados pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, em princípios dos anos 70, encontravam-se em 6 caixas e 4 maços, no Arquivo Histórico Ultramarino e hoje localizam-se em 21 caixas. Com o encargo de confrontar os verbetes produzidos pela referida professora com os originais nas capilhas e caixas do Arquivo Histórico Ultramarino, fomos indicados pelo Núcleo de Documentação Cultural do Departamento de História da UFC, para efetuar tal atividade no período de março a maio de 1997.

É bem verdade que a nossa permanência em Lisboa foi muito curta: apenas sessenta dias para efetuar uma revisão e complementação do “Inventário sobre a Capitania do Ceará”. Além disso, o horário de funcionamento do Arquivo Histórico Ultramarino restringe-se ao período de 13 às 19 horas, dificultando ainda mais uma adequação de tempo à concretização da referida proposta. Contudo, merecem destaque o apoio e a

atenção que nos foram dirigidos pela direção e funcionários do referido Arquivo.¹²⁹

No tocante ao número de dias reservados ao trabalho proposto, o rendimento em cada um deles tornava-se diferente, dependendo, sobretudo, do tipo de grafia dos documentos consultados. Portanto, não havia uma produção semelhante na consulta a cada caixa ou mesmo capilha. Enquanto em um dia pude concluir a consulta a duas ou mesmo até três caixas, em outras permaneci por mais de um dia na consulta de apenas uma. Além disso, alguns documentos contidos em uma capilha não estavam colocados em ordem cronológica, resultando, assim, uma demora maior na ordenação de determinadas capilhas.

Outra dificuldade sentida decorreu da dificuldade de constatar se os documentos, que estavam sendo consultados, já haviam sido cadastrados pela professora Maria Célia de Araújo Guabiraba. (Cf. **Quadros 1 e Quadro 2**). Justifica-se tal questão, em virtude da ordenação das novas caixas não corresponderem exatamente à divisão anteriormente efetuada. Por isso, em caso de dúvida, muitas vezes decidimos fazer um novo resumo dos documentos consultados ao invés de ter de procurar nas 281 páginas do trabalho da professora Célia, sem um indicativo seguro de localização, em virtude da ordenação diferente das duas organizações efetuadas com a documentação disponível.¹³⁰

Considerando o total das caixas consultadas, a que mais tempo exigiu foi a última, a de número 21, porque parte das capilhas, nele existentes, constituíam documentos sem datação. Com o intuito de situá-los cronologicamente, uma vez que se tratava de documentos oficiais, partimos dos nomes dos signatários e/ou destinatários, procurando descobrir se ocupavam alguma função pública, como por exemplo, capitão-mor, ouvidor ou secretário de estado. O resultado de tal medida foi compensador, servindo de marco aproximado de datação do documento em análise.¹³¹

¹²⁹ Vale ressaltar, em especial, as sugestões apresentadas pela diretora do Arquivo, dona Maria Luísa da Cunha Meneses Abrantes.

¹³⁰ Como exemplo de dificuldade encontrada, observe-se que diversos documentos, antes encontrados nas primeiras caixas, tinham sido transferidos para outras à espera, portanto, de uma nova numeração no *Catálogo*.

¹³¹ Serviram-nos de apoio à datação de alguns documentos: *Tabella dos Capitães-Mor Governadores da Capitania do Ceará Grande e dos Seus Governadores Independentes*, encontrada in *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Typographia Studart. Trimestral, T. XVI, 1897, p. 58-60;

(Quadro 2)¹³²

Nº de Caixa	Período	Número de Capilhas
1	1618-1723	64
2	1724-1730	112
3	1737-1744	67
4	1745-1748	85
5	1749-1755	91
6	1756-1760	77
7	1761-1780	88
8	1781-1789	42
9	1786-12789	44
10	1799	77
11	1800	40
12	1801	30
13	1802	53
14	1804-1805	72
16 ¹³³	1806	76
17	1807-1810	46
18	1811-1819	72
19	1820-1821	41
20	1822	54
21	1823	75
Total de Capilhas: 1363		

Hegine, David P. *Colonial Governors from the Fifteenth Century to the Present*. A Comprehensive List by... The University of Wisconsin Press Madison, Milwaukee, and London, 1970. Nesta obra encontra-se a relação dos capitães-mores das diversas possessões lusitanas. Além dessas, cópias de algumas listas fornecidas pelo Arquivo Histórico Ultramarino nos auxiliaram no reconhecimento dos cargos ou funções de alguns dos assinantes ou destinatários dos documentos e também os nomes dos Reis de Portugal, uma vez que os documentos eram assinados pelo Rei, sem indicar o respectivo nome do Soberano. Vide, por exemplo, Lista dos Presidentes e Conselheiros do Conselho Ultramarino de 1833; Secretários do Conselho Ultramarino (1643-1843); Lista de Secretários de Estado – Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 1736 a 1821 e Lista Cronológica dos Ministros, contendo a Relação dos membros do Poder Executivo que geriram os negócios das colônias, desde a criação da Secretaria de Ensino da Marinha e Domínios Ultramarinos, por Alvará de julho de 1736.

¹³² Para tanto, levamos em consideração as definições e classificações de documentos existentes, sendo-nos valiosa a orientação do Sr. José Cintra Martinheira, Arquivista e Vice-Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, a fim de que pudéssemos identificar a tipologia documental: Carta-Régia, Regimentos, Estatutos, Alvarás, Cartas, Carta de Lei, Avisos ou Cartas de Secretários, Consultas, Portarias, Ofícios, Resoluções e Cartas Patentes.

¹³³ Não existe a caixa número 15 ou foi erro do gráfico?

Desse modo, conseguimos situar alguns dos capitães-mores, cronologicamente, transferindo a documentação, por eles assinada, para outras caixas.¹³⁴

A partir de 1996, tendo em vista as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, no ano 2000, o Governo Federal do Brasil, através de alguns ministérios e principalmente do Ministério da Cultura, com o apoio dos governos estadual e municipal, além da participação de instituições públicas, como universidades e fundações, lançou o Projeto Resgate, que tinha como objetivo principal realizar a microfilmagem dos documentos sobre o Brasil Colônia, considerados patrimônio dos dois países.

O Projeto Resgate conta com o apoio do governo português, em especial através da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e da Fundação Calouste Gulbenkian. Por outro lado, a Comissão Bilateral para as Comemorações do V Centenário da Viagem de Pedro Álvares Cabral (formada pelas comissões nacionais portuguesa e brasileira) credenciou o Projeto Resgate como prioritário para a preservação do patrimônio documental comum.

Os recursos obtidos não foram originários apenas do Ministério da Cultura, mas de diversas fontes como o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia, de governos estaduais ou mesmo das universidades federais, estaduais e privadas que liberam os pesquisadores selecionados a fim de realizarem a catalogação documental em Lisboa. A coordenação técnica do Projeto Resgate está a cargo da Dra. Esther Caldas Bertolotti – técnica consultora em documentação da Fundação Biblioteca Nacional, à disposição da Assessoria Especial do Gabinete do Ministro da Cultura.

O coordenador acadêmico dos projetos iniciais, que contemplaram os documentos das capitânias de Minas Gerais, Maranhão, Pará e Rio Negro, é o professor doutor Caio César Boschi da PUC-Minas e da UFMG.

¹³⁴ Também foram incluídos no acervo da capitania do Ceará dois documentos que se encontravam no acervo da capitania do Piauí: o da Caixa 19, doc. 12/PI, 1802, abr.5, foi transferido para Caixa 13/CE e o da Caixa 20, doc. 37/PI, 1803, nov/28 foi transferido para Caixa 14/CE. As Capilhas 21 e 22, da Caixa 17/CE, foram transferidas para o acervo da Bahia, pois são referentes à capitania de Ilhéus.

Os trabalhos preliminares relativos à capitania de Pernambuco, de identificação, datação e ordenação cronológica, além da numeração necessária e a instalação definitiva das unidades, onde seriam colocados os documentos, em capilhas e caixas, ficaram a cargo de dois técnicos, historiadores e arquivistas, funcionários públicos do estado de Pernambuco e da prefeitura de Olinda, professor Hilso Leal da Rosa e professora Aneide Santana, merecendo ressaltar o significativo acervo referente a Pernambuco, uma vez que outras capitanias, como a do Rio Grande do Norte e do Ceará, lhe eram subordinadas.

Quanto às capitanias da Bahia e de Sergipe foi elaborado um projeto conjunto, com o apoio dos dois governos e, a partir de janeiro de 1997, o professor Lourival Santos, chefe do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, iniciou o confronto e as correções no inventário anteriormente realizado pela professora Maria Thetis Nunes dos documentos da capitania de Sergipe, a fim de tornar possível a microfilmagem dos mesmos. A professora Avanete Pereira Sousa e o professor Onildo Reis David foram escolhidos pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia para, no período de um ano, elaborar os verbetes contendo os resumos dos documentos baianos, que não foram inventariados por Castro e Almeida. A professora Neuza Rodrigues Esteves, antiga funcionária do Arquivo Público da Bahia e responsável pelo Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, com experiência de pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino, também fez parte da equipe responsável pelo confronto e indicação da nova instalação de capilhas e caixas da documentação existente sobre a Bahia.

O período de minha permanência em Lisboa, de março a maio de 1997, tornou-se exíguo para que pudesse ser efetuada uma leitura atenta e paciente de toda a documentação disponível. A saída encontrada, para evitar a morosidade na consulta, consistiu em separar os documentos de difícil leitura, deixando-os separados para uma revisão ao final da classificação. Desse modo, tornou-se viável reexaminá-los, após o término da primeira consulta das 21 caixas documentais, relativas à capitania do Ceará, propiciando, assim, a reclassificação almejada.

Os dois meses reservados ao trabalho proposto nos permitiram organizar, cronologicamente, a documentação disponível, ficando a redação final do trabalho, sobretudo a digitação, para serem realizadas em Fortaleza, após o nosso regresso. Se o período de permanência em Lisboa tivesse sido maior, com certeza o trabalho teria sido realizado de uma melhor forma, inclusive em caso de dúvidas ou revisões facilmente po-

der-se-ia recorrer aos originais da documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Entretanto, não adianta lamentar os empecilhos surgidos, mas reconhecer o mérito da realização de uma atividade significativa, pois atendeu ao objetivo básico do Projeto Resgate, que almejava trazer ao Brasil as cópias dos documentos referentes à capitania do Ceará.

A tarefa que nos foi reservada, ou seja, a revisão do trabalho da professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, na realidade não constituiu uma simples revisão, numa leitura paleográfica, com identificação e organização de documentos, que haviam sido, com o passar do tempo, deslocados ou transferidos para outras sequências. Após o nosso regresso ao Brasil, passamos mais quatro meses na revisão e digitação final do trabalho. À primeira vista pode parecer paradoxal, essa segunda fase do trabalho superar a primeira no tempo a ela reservado. Entretanto, as razões que explicam os motivos da demora são perfeitamente justificáveis, considerando as condições de trabalho no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. O nosso afastamento da instituição, em pleno período letivo, não nos desobrigou das atividades didáticas. Assim, durante os primeiros dias de março, lecionamos normalmente e, durante o período de permanência em Lisboa, outro colega assumiu o horário reservado às disciplinas por nós ministradas e, ao regressarmos, preenchemos o tempo que lhe fora cedido, a fim de repor as aulas a serem ministradas. Na verdade, o restrito número de professores do Departamento de História sempre dificulta o andamento das atividades programadas, sobretudo quando se busca associar a pesquisa ao ensino.

Após a organização do material coletado e a elaboração da ficha-síntese acerca de cada capilha consultada, tomando como modelo o trabalho da professora Célia Guabiraba, remetemos o trabalho a Lisboa, onde a revisão final foi realizada pela pesquisadora brasileira Avanete Pereira Sousa, especialista em história colonial, com mestrado na Universidade Federal da Bahia.¹³⁵

Para uma maior divulgação dos informes básicos contidos na documentação organizada, foi elaborado o presente catálogo, contendo além da síntese dos documentos, um índice geral, a fim de melhor orien-

¹³⁵ Vale ressaltar que os documentos inicialmente catalogados por Maria Célia de Araújo Guabiraba somavam 1100. Com o meu trabalho pude identificar 1363 e, de acordo com a revisão final da pesquisadora Avanete Pereira Sousa, o total de documentos cresceu para 1436, microfilmados em 22 rolos.

tar os pesquisadores, publicado pela Fundação Demócrito Rocha e com o apoio do Instituto do Ceará.

Os CD-ROMs e os microfimes a serem distribuídos entre algumas instituições de pesquisa, no Brasil, como o Arquivo Nacional, do Brasil, no Rio de Janeiro, o Arquivo Público do Estado do Ceará, o Arquivo do Núcleo de Documentação Cultural da UFC, com certeza facilitarão o acesso dos pesquisadores ao acervo da documentação localizada no Arquivo histórico Ultramarino.

3.1. Na trilha da documentação consultada

Ao manusear os documentos avulsos referentes à capitania do Ceará, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, à primeira vista podem parecer pouco significativos, pois muitas vezes restringem-se ao atendimento das relações burocráticas entre um capitão-mor ou um ouvidor e as autoridades lusitanas, a fim de garantir a subordinação da capitania às exigências do sistema colonial. Entretanto, no decorrer da consulta em diferentes caixas, percebe-se a riqueza dos informes ali contidos, pois revelam não só o andamento de uma precária administração, mas também deixam claras as diretrizes e as contradições da colonização, presentes nas relações vivenciadas por diferentes setores da sociedade existente, incluindo-se, assim, o confronto entre colonizador e colonizado. Desse modo, percebe-se o teor concreto do relacionamento entre os funcionários da corte e os habitantes nativos da região, permitindo visualizar o polêmico processo civilizatório.

Nos primeiros documentos, relacionados à atuação do capitão-mor Martim Soares Moreno, observa-se razão da escolha do local para servir de fortaleza, na capitania do Ceará, pois o que interessava era a “... defesa dos ataques dos holandeses e franceses, a escala dos navios que do estado do Brasil vão ao do Maranhã”.¹³⁶ Os pedidos de ornamentos destinados à celebração dos ofícios divinos ou mesmo da concessão de doze léguas de terra na capitania do Ceará bem revelam os propósitos da ocupação da área escolhida como núcleo de defesa. E desde o princípio, fica clara a dependência da capitania, pois o capitão-mor informa “sobre a falta de pagamento de soldos aos soldados e dificuldades por que passa o

¹³⁶ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.3

Ceará, uma vez que os governantes do estado do Brasil não querem dar cumprimento às provisões reais, mandando gente e soldados”¹³⁷.

Diversos são os informes acerca dos índios existentes na capitania. Apesar do decantado ideal de como colonizar os subalternos, respeitando os padrões da moral católica, constata-se que a prática cotidiana diferia muitas vezes do discurso oficial. Assim, uma das primeiras preocupações do padre João Duarte do Sacramento consistia em que “... os soldados sejam proibidos de levar índias para os quartéis e não se permitia a venda de vinho e aguardente pelos sertões e aldeias de índios”¹³⁸. Todavia, em 1703, Cristóvão Soares Reimão, da ribeira do Jaguaribe, em carta ao Rei informava que, na capitania do Ceará, “estão vários moradores com índias furtadas a seus maridos, há quatro, dez e quinze anos”.

Desde o início da ocupação do espaço cearense havia, por parte dos administradores da capitania, uma preocupação constante com a falta de sacerdotes e igrejas, não apenas para atender os colonizadores, mas também se insistia “a respeito da falta de sacerdotes... para batizar e instruir os gentios”.¹³⁹ Apesar da ação dos missionários muitas vezes fugir aos limites estabelecidos pelas autoridades lusitanas, na assistência que devia ser prestada aos índios, a subordinação dos religiosos ao poder administrativo torna-se bem explícita, pois qualquer movimento em direção às missões deveria ter autorização oficial. A aldeia dos tapuias e dos índios tabajaras, na serra da Ibiapaba, ficava sujeita a uma vistoria periódica dos responsáveis pelo sistema administrativo da capitania.

Um tema bastante comentado em relação à colonização, em diferentes pontos do Brasil, também podia ser observado no Ceará. Trata-se do restrito número de mulheres existentes na capitania, o que provocava uma certa “... vexação por que passam alguns índios da capitania do Ceará pelo fato de certos moradores terem furtado suas mulheres e não as quererem devolver”¹⁴⁰.

Entretanto, a relação do indígena com o colonizador nem sempre se processava de forma submissa, pois observa-se nas cartas encaminha-

¹³⁷ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.8

¹³⁸ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.26

¹³⁹ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.37

¹⁴⁰ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.55

das ao Rei a reclamação contra o prejuízo causado pelos índios em relação ao gado criado, em virtude dos furtos observados.

Apesar de os missionários ocuparem uma função de destaque no relacionamento com os índios, havia um acompanhamento contínuo das autoridades estabelecidas, a fim de “... os missionários não ocuparem nos serviços mais que a metade dos índios capazes para que possam tratar de suas lavouras e evitar a fome geral; e que nenhum passageiro tome agasalho em casa particular dos índios, para assim se evitar as insolências praticadas”¹⁴¹. Contudo, é através das cartas dos missionários que fica clara a perseguição aos índios do Ceará, do Piauí e do Rio Grande do Norte. E os conflitos com os indígenas não se restringiam à área litorânea. Há referências claras aos litígios travados na região interiorana, como a da vila do Jaguaribe. Mesmo nas regiões de conflito entre famílias, como ocorreu com os Feitosas e os Montes, nos Inhamuns, há referências à utilização dos indígenas de acordo com os interesses dos que controlavam o poder estabelecido. No seio do próprio clero havia disputas em relação ao trato com os índios, como ocorreu entre os jesuítas e o padre João de Matos Monteiro, da missão de Ibiapaba¹⁴². As terras ocupadas pelos índios na serra da Ibiapaba tinham como limites da ladeira da Uruoca até a localidade denominada Itapiúna. Os limites estabelecidos resultavam de uma doação, feita por D. João V, em 5 de dezembro de 1720. A citada missão representava “... a paz e o sossego das duas capitanias do Piauí e Ceará e os índios eram considerados “...bons soldados que Vossa Majestade tem muito prontos para tudo, sem com eles gastar nada...”¹⁴³. Todavia, nem sempre a submissão ocorria passivamente. Em 1753, o capitão-mor Luís Quaresma Dourado notificava o Rei sobre as missões da serra da Ibiapaba, acusando os nativos de destruírem benfeitorias efetuadas por moradores, que habitavam nas proximidades das missões. E o motivo da ação indígena era clara: “Os índios diziam que a terra era deles”¹⁴⁴.

Outro aspecto interessante diz respeito à utilização da mão de obra indígena fora do âmbito da missão. Em 1746, por exemplo, o ouvi-

¹⁴¹ Cf. Parecer do Conselho Ultramarino e Requerimento dos Índios da Ibiapaba, de 1720, in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.65.

¹⁴² CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 1, D.254

¹⁴³ Carta do ouvidor do Ceará Grande, Alexandre de Proença Lemos, ao Rei (D. José I), sobre a missão dos índios da Ibiapaba... in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.415.

¹⁴⁴ Carta do capitão-mor Luís Quaresma Dourado ao Rei (D. José I), de 12 de novembro de 1753, in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.373.

dor do Ceará, Manuel José Faria, pedia informações sobre como se deve pagar aos índios pelo trabalho que viessem a efetuar.¹⁴⁵

Apesar da relação conflituosa entre brancos e índios, havia referências à doação de terras aos índios de Ibiapaba, feita pelo rei D. João V, e também certidão do número de índios existentes na referida missão, conforme o atestam documentos sobre o visitador do Real Hospício do Ceará”.¹⁴⁶

Até março de 1786 ainda se percebe nas informações encaminhadas à rainha, D. Maria I, pelo ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Ave-lar, a situação dos índios da capitania, considerados vítimas da exploração “dos diretores das vilas, dos europeus, dos ouvidores e mesmo dos governadores...”. Nesse mesmo ano, há referências sobre as condições de vida dos índios na vila de Arronches e a respeito do tráfico e comércio de crianças indígenas.¹⁴⁷

Mesmo com a preocupação constante das autoridades com o estabelecimento da área ocupada pelos índios, na documentação do final do século XVIII há indícios sobre a fuga de índios das localidades onde se encontravam aldeados. E até no início do século XIX ainda constituía preocupação do Príncipe Regente obter informações do governador da capitania do Ceará “sobre os progressos da civilização dos índios da capitania.”¹⁴⁸

Entretanto, se considerarmos as diretrizes do processo de colonização, sempre presentes nos documentos oficiais, logo se percebe que não eram apenas os índios os responsáveis pela ameaça à ordem instituída. Desde o princípio da ocupação da capitania, o nível de formação dos seus moradores acarretava sérias preocupações às autoridades lusitanas. Em dezembro de 1749, a morte do capitão-mor, Francisco de Miranda Costa, levou o Conselho Ultramarino a reconhecer que “a maioria dos

¹⁴⁵ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.266.

¹⁴⁶ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.415 e 416. Cf. LEITE, Serafim, Pe. In *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. III, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 65; sobre o número de índios é interessante consultar o “Mapa das vilas de brancos e índios da capitania do Ceará”, in 10 CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 9, D.592.

¹⁴⁷ CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 11, D.672 e D.649.

¹⁴⁸ 1802, out., 12, Queluz in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 17, D.946.

habitantes é formada por criminosos. Nem todos os homens têm capacidade para ocupar aquele governo.”¹⁴⁹

Na segunda metade do século XVIII, grande parte das informações encaminhadas a Lisboa dizia respeito à situação econômica da capitania. O comércio da carne seca, dos couros e das solas, além das referências ao uso da aguardente e à abertura de estradas faziam parte do conteúdo da documentação encaminhada à rainha, D. Maria I. E foi sobretudo no final desse século que a crise do comércio da carne de charque se acentuou. A elevação no preço da carne do gado repercutia nas finanças da capitania, pois fazia diminuir o índice de impostos anteriormente arrecadados. A falta de capital já não era preocupação exclusiva de uma localidade interiorana, mas também afetava as vilas de Soure e Mecejana. As secas agravariam ainda mais a situação econômica da capitania. A conhecida seca de 1791 a 1794 trouxe a fome e o desespero a inúmeros habitantes do Ceará. Mesmo com o retorno das chuvas, os resultados da diminuição de lucro no processo criatório se manifestavam ante a cobrança de impostos, como o chamado subsídio militar de seiscentos e quarenta réis, cobrado por cada cabeça de gado, que acarretava sérias preocupações à população.¹⁵⁰

Um tópico que nos prende a atenção no acervo consultado relaciona-se à situação do porto de Fortaleza. A separação do Ceará da capitania de Pernambuco, em 1799 foi recebida com entusiasmo, mas passada a euforia inicial, a carência de recursos para atender à implantação das melhorias desejadas agrava-se ainda mais com as dificuldades em se estabelecer a navegação direta entre a capitania do Ceará e Lisboa.¹⁵¹ As informações constantes na documentação a respeito do porto, em sua maioria classificavam-no como precário. Apesar de as autoridades considerarem o porto do Mucuripe como excelente, as reclamações apontando suas precárias condições persistiam. Embora já concluída a “Casa de Inspeção dos Algodões”, reconhecia-se “a necessidade de construir-se, no

¹⁴⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei (D. João V) sobre o falecimento do capitão-mor do Ceará, Francisco de Miranda Costa... in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 5, D.333.

¹⁵⁰ Carta da câmara da vila do Icó ao Príncipe Regente (D. João), sobre a grande seca de 1791-94 e a extrema miséria em que se encontra o povo da capitania do Ceará, agravada pelos pesados impostos in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 15, D.832.

¹⁵¹ A emancipação do Ceará da subordinação a Pernambuco foi determinada pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1799.

porto de Mucuripe, uma ponte de madeira, por causa dos ventos que fazem levantar muitas ondas.”¹⁵²

É importante lembrar que as relações comerciais pouco expressivas não constituíam uma ocorrência exclusiva do Ceará, pois a abertura dos portos e, sobretudo, o aumento considerável do índice das exportações tornar-se-iam realidade no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Desse modo, nos anos cinquenta, além do algodão, a cera de carnaúba e o café passariam a constar na pauta de exportações. Em 1860¹⁵³, Fortaleza passou a manter transações comerciais diretamente com a Europa e também com outras províncias, quando o seu porto já constava nas rotas marítimas que ligavam o Brasil ao comércio internacional. Consequentemente, as atividades de exportação e importação aumentariam o número de comerciantes estabelecidos na cidade, destacando-se os estrangeiros, pois no final dos anos sessenta, Fortaleza contava com quinze casas comerciais estrangeiras, além das que pertenciam aos portugueses radicados em Fortaleza.¹⁵⁴

Analisando a documentação relativa ao Ceará, logo se percebe a necessidade de realçar que o processo de ocupação do espaço no Nordeste do Brasil, apesar de seguir as diretrizes traçadas pela metrópole, também tinha as suas particularidades, sobretudo se levarmos em consideração a função hegemônica de Pernambuco em relação às demais capitânicas que lhe eram subordinadas. Desse modo, os entraves impostos às relações comerciais, uma vez que as exportações tinham de ser efetuadas através do porto do Recife, explicam a permanência durante muito tempo das precárias instalações portuárias em Fortaleza, presentes inclusive na segunda metade do século XIX.

¹⁵² Ofício nº 14, do governador da capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao visconde de Anadia (Ministro do Reino), de 30 de junho de 1802 in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 6, D.926.

¹⁵³ Essa data deve estar errada, pois os documentos em questão não vão até 1860.

¹⁵⁴ A respeito das mudanças radicais ocorridas na economia brasileira na segunda metade do século XIX, torna-se imprescindível a consulta à obra de Graham (1973). Quanto à situação do Ceará, além do trabalho do professor Geraldo da Silva Nobre (1991), é imprescindível consultar a obra da professora Denise Takeya (1995). O mérito desse último livro consiste em aprofundar a temática da presença estrangeira no comércio brasileiro, demonstrando inclusive que não se deve radicalizar a respeito da primazia britânica no comércio exportador em todas as cidades portuárias do Brasil. Baseando-se em exaustiva pesquisa, fica demonstrado que em Fortaleza a Casa Boris Freres, pertencente a imigrantes franceses, liderava o comércio de importação e exportação. Veja-se, em especial, o Capítulo 5: Produção e Comércio no Ceará: a estruturação do espaço agroexportador na província, p. 94-113.

Além disso, desde o declínio das charqueadas, no final do século XVIII, que afetara a dinâmica comercial de Aracati, o peso das exportações só seria revigorado com a expansão da cultura algodoeira e a do café, que se destacavam como principais produtos, no período de 1850-1885.¹⁵⁵

Para comprovar as precárias condições da capitania do Ceará no contexto administrativo do Brasil Colônia, basta consultar os documentos redigidos pelos capitães-mores, pois através deles se percebe a real dimensão do espaço ocupado, que pouco os incentivava a reverter a situação. O capitão-mor João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, que governou a capitania de 1782-1789, apesar de considerado pouco simpático aos que lhe eram subordinados, deixou uma significativa informação acerca da capitania. De acordo com suas palavras, “Desde que cheguei a esta desgraçada, escabrosa capitania, e tomei posse do seu infeliz governo...”. Em outro documento, refere-se “à indolência dos habitantes do Ceará, cujo pão vinha de Pernambuco, por preguiça de cultivar a mandioca. Limitavam-se à criação de gado.”¹⁵⁶

A dinâmica do “Brasil nos quadros do antigo sistema colonial” já nos foi demonstrada por Fernando Novais. Entretanto, se tomarmos a definição empregada pelo referido autor, para **delinar**¹⁵⁷ o sistema colonial, percebe-se a sua validade para fornecer uma visão geral do sistema, excluindo-se as particularidades de outros espaços dominados: escravismo, tráfico negreiro, formas várias de servidão formam, portanto, o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valorizado para o mercantilismo europeu. A estrutura agrária fundada no latifúndio se vincula ao escravismo e através dele às linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela **produção** só encontram rentabilidade, efetivamente, se organizada em grandes empresas.¹⁵⁸ Todavia, se considerarmos as condições impostas pelo sistema colonial na capitania cearense, torna-se explícito o seu caráter particular, diferenciando-o das demais experiências, pois, além de uma dependência às contingên-

¹⁵⁵ Cf. Guabiraba, citada por Lemenhe (1991, p. 101).

¹⁵⁶ (post. 1782) – Ofício do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao (Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar) in CT: AHU-ACL-CU – 017, Cx. 9, D.590.

¹⁵⁷ É possível que essa palavra denuncie uma falha na edição, ou se trata de uma palavra cujo sentido não atingimos.

¹⁵⁸ NOVAIS, Fernando. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA (1978, p. 62).

cias climáticas, a subordinação a Pernambuco deixava transparecer um traço por demais específico nas relações coloniais aqui desenvolvidas.

3.2. Considerações finais

A concretização das atividades propostas pelo Projeto Resgate tem um significado especial. Apesar das dificuldades enfrentadas, como cobertura das despesas previstas e, em especial, a realização do trabalho de classificação no prazo estabelecido, merecem destaque a ousadia e firmeza dos seus coordenadores em saber congregar pesquisadores que acatassem as limitadas condições de remuneração, mas que estivessem conscientes da importância do trabalho a ser realizado, concretizando, assim, um velho sonho dos estudiosos da história colonial: trazer até nós cópia do acervo existente em Lisboa, ampliando as possibilidades de análise e de revisão dos estudos realizados acerca de diferentes temáticas.

Além disso, há um aspecto do referido projeto que merece ser reconhecido coletivamente, sem as delimitações que poderiam ser impostas por determinados grupos, voltados a interesses regionais. Em virtude da carência de recursos, para cobrir as despesas previstas, poder-se-ia argumentar que deveriam ser escolhidas apenas algumas capitânicas, que pudessem proporcionar uma visão de conjunto do sistema colonial, logicamente restringindo-se a classificação documental às capitânicas de maior destaque no período colonial. Entretanto, os propósitos estabelecidos e os resultados obtidos conseguiram ultrapassar tais limitações, tornando realidade um velho sonho. E o mérito reconhecido torna-se mais significativo ao reconhecermos o envolvimento não apenas de órgãos do governo brasileiro, mas também da decisão participativa de instituições do governo português, que conseguiram superar antigas barreiras que dificultavam a ampliação dos estudos a respeito do período colonial.

Em relação ao Ceará, o mérito não é exclusivo dos que se envolveram no Projeto Resgate, pois não podemos esquecer o pioneirismo do Barão de Studart, que viabilizou as primeiras cópias dos documentos contidos no Arquivo Histórico Ultramarino, servindo de referência aos pesquisadores durante muito tempo. Tempos depois, o “Inventário da Documentação Manuscrita Relativa ao Ceará”, de autoria da professora Maria Célia de Araújo Guabiraba, serviu de suporte básico a todos os que necessitavam consultar os referidos documentos. Esperamos que a participação da Universidade Federal do Ceará, com o apoio do Instituto do

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Ceará e da Fundação Waldemar Alcântara possam dar continuidade ao aprofundamento dos estudos acerca do Ceará Colonial.

ORGANIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO	CÓDIGO/COTA
Entidade Detentora:	Arquivo Histórico Ultramarino	AHU
Grupo de Arquivos:	Administração Central	ACL
Fundo:	Conselho Ultramarino	CU
Série:	Brasil – Ceará	006
Caixa:	1 – 24	Cx.
Documentos:	1 – 1436	D.
Datas Extremas:	1618-1832	
COTA ATUAL:		AHU ACL CU 006, Cx. , D. .

Caixa	Datas Extremas	Documentos
1	1618-1724	1-81
2	1725-1733	82-151
3	1734-1742	152-217
4	1743-1746	218-581
5	1746-1751	282-355
6	1752-1756	356-420
7	1757-1760	421-486
8	1761-1771	487-546
9	1772-1783	547-603
10	1784-1785	604-625
11	1786-1787	626-649
12	1787-1797	650-708
13	1798-1800	709-775
14	1800	776-825
15	1801	826-888
16	1802	889-935
17	1802-1803	936-1004
18	1803-1804	1005-1068
19	1805-1806	1069-1122
20	1806	1123-1174
21	1807-1814	1175-1238
22	1815-1821	1239-1318
23	1821-1822	1319-1374
24	1822-1832	1375-1436

ANAIIS DO XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Rolo	Caixas	Documentos	Datas
1	1	1-66	1618-1720
2	1	67-81	1720-1731
	2	82-125	
3	2	126-151	1731-1740
	3	152-202	
4	3	203-217	1740-1744
	4	218-225	
5	4	225-281	1744-1746
	5	282-307	
6	5	308-355	1747-1754
	6	356-382	
7	6	383-420	1754-1759
	7	421-468	
8	7	469-486	1759-1766
	8	487-515	
9	8	516-546	1767-1783
	9	547-592	
10	9	593-603	1783-1785
	10	604-615	
11	10	616-625	1785-1786
	11	626-633	
12	11	634-649	1786-1787
	12	650	
13	12	651-708	1787-1800
	13	709-757	
14	13	757-775	1800-1801
	14	776-835	
15	15	836-888	1801-1802
	16	889-904	
16	16	905-935	1802-1803
	17	936-992	
17	17	993-1004	1805
	18	1005-1068	
	19	1069-1092	
18	19	1093-1122	1805-1806
	20	1123-1161	
19	20	1162-1174	1806-1817
	21	1175-1238	
	22	1239-1258	
20	22	1259-1318	1817-1822
	23	1319-1351	
21	23	1352-1374	1822
	24	1375-1385	
22	24	1386-1436	1822-1832